

Eliminação de vínculo contraria a isonomia

SÃO PAULO - O fim do vínculo empregatício para quem entrar com o pedido de aposentadoria proporcional e a suspensão por 90 dias da concessão do benefício de um salário mínimo para os idosos e portadores de deficiência são inconstitucionais. A avaliação é do consultor previdenciário Annibal Fernandes.

Segundo ele, a obrigatoriedade do fim do vínculo de trabalho na aposentadoria proporcional é inconstitucional porque contraria o princípio de isonomia previsto na Constituição. "Pela Constituição, um mesmo grupo de pessoas não pode ser tratado de forma distinta", argumenta. Assim, quem pediu o benefício proporcional teria o mesmo direito de quem entrou com o pedido da aposentadoria integral, que não precisa afastar-se do emprego. "Afinal, são todos aposentados", diz.

No caso da renda mensal de um salário mínimo paga para idosos com 70 anos ou mais e para os portadores de

deficiência, o governo não pode suspender a concessão do benefício por 90 dias. "Se o segurado atende todos os requisitos exigidos pela lei em vigor, ele tem direito adquirido", afirma. "A Constituição também garante o direito adquirido", explica. Portanto, quem tem 70 anos ou mais ou é portador de deficiência e sem nenhuma fonte de rendimento tem direito a receber o benefício dentro do prazo legal. A lei manda pagar o benefício em 90 dias, a partir da entrada do pedido.

Para Fernandes, essas medidas poderão ser derrubadas, caso as entidades representantes dos segurados ou partidos de oposição impetrem Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ou mesmo mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF). As medidas poderiam cair de imediato caso fosse concedida liminar suspendendo a sua aplicação, ou até em 120 dias, prazo previsto para o julgamento do mérito das ações.